



Dia 26 de Novembro de 2009

ACTA Nº 7

Ao vigésimo sexto dia do mês de Novembro do ano de 2009, pelas nove horas e trinta minutos da manhã, realizou-se na Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA, Palácio Bensaúde, na Estrada da Luz, número cento e cinquenta e três, em Lisboa, a sétima reunião do Fórum Nacional da Sociedade Civil para o VIH/SIDA (FNCS), com a participação das seguintes entidades:

- AJPAS, representada por Cristina Mora
- APF, representada por Duarte Vilar;
- CIDADÃOS DO MUNDO, representada por Ana Filgueiras;
- FCCS, representada por Filomena Frazão de Aguiar;
- FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE, representada por Paula Graça;
- GADS, representada por Andreia Pinto Ferreira;
- GAT, representado por Wim Vandevelde;
- PASSO A PASSO, representada por Ana Freire;
- SERES, representada por Isabel Nunes;
- SIDAnet, representada por Victor Bezerra.

Ausentes:

- CASA DO QUERO
- LPCS
- POSITIVO
- ILGA
- LPPS
- MAPS
- SOL



Avisaram da sua ausência a LPCS e o Positivo.

A reunião foi moderada por Wim Vandavelde e a redacção da acta, por Isabel Nunes. A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, seguindo a Ordem de Trabalhos previamente enviada aos participantes.

Apesar de Ricardo Fernandes não comparecer à presente reunião enviou a sua opinião sobre os assuntos da ordem de trabalho e que acrescentamos a esta acta.

Ponto 1 - Lei 186/2006 - passos seguintes

Efectuou-se um resumo sobre este assunto aos novos elementos em substituição (IPJ e Passo a Passo).

DV - refere a necessidade de exigir o demandado na carta enviada que sugeria uma reunião. Não tendo havido resposta até à data desta carta enviada em Junho.

VB - considera que este é um ponto importante devido à pertinência de continuidade dos projectos e sua sustentabilidade. Acrescenta que o projecto é actualmente financiado por farmacêuticas e apresenta sérios problemas de continuidade.

DV - refere que a APF perdeu alguns financiamentos por causa desta nova legislação.

VB - sugere uma listagem de dificuldades.

APF - sugere uma conferência de imprensa para reportar esta questão no dia 1 de Dezembro.

DV - refere que o telefonema deve ser concretizado ainda hoje dando um prazo até ao dia 30. Por outro lado a conferência deveria ter um carácter mais vasto. No entanto ao reforçar o pedido convém alertar que eventualmente poderemos solicitar uma conferência de imprensa. Quem estiver presente no Conselho Nacional deve referir deste assunto. E só posteriormente ao contacto telefónico é que deve ser efectuada a conferência de imprensa.

DV telefonou para a ministra durante esta reunião e espera resposta ainda esta manhã.



Ponto 2 - Situação da Coordenação Nacional para o VIH

Neste ponto e seguinte foi solicitada a presença de Joana Bettencourt da CNIVS

DV - nota que mesmo na última reunião com HB desconhece a situação deste coordenador .

JB - refere que HB ainda não foi reconduzido e que vai apurar a sua situação.

AF - relembra que LM defendeu uma carta que foi elaborada pelo grupo de trabalho que foi aceite por todos os grupos políticos e o PS integrou no plano eleitoral. É importante voltar a trabalhar com este grupo de trabalho para referir novamente este assunto.

APF - salienta a importância de realizar um comunicado de imprensa com referência às prioridades. E que esta conferencia se realize após a reunião do Conselho Nacional.

AF - menciona que pode defender a multisectoralidade, ou seja defender uma coordenação ligada ao ministro, hierarquicamente acima de todos os ministérios e não abaixo conforme a situação actual. A situação actual retira o poder desta instituição.

VB e FA e DV- salientam a mais valia de uma conferência de imprensa no dia anterior.

APF - relembra que no dia 30 vai existir uma reunião sobre as questões laborais. E que pode ser mais importante e portanto ter mais impacto.

FA - alerta que é importante conhecer as técnicas da imprensa para obter os melhores resultados.

JB - vai verificar a possibilidade de efectuar a **conferencia de imprensa na CNIV às 15H do dia 30 de Novembro.**

AF: sobre as prioridades temáticas refere a carta que foi entregue e os seus pontos principais nomeadamente o regulamento 186/2006; o modelo institucional unisectorial existente que é desresponsabilizador; o princípio dos três 1; o reconhecimento da dimensão da pandemia e a sua consideração institucional.



DV - adverte que o conselho está regulamentado e é multisectorial, embora não seja proactivo. Com funções de apreciação e aprovação. O fórum é um conselho consultivo. Existem vários conselhos nacionais (como igualdade de género). A sida é um problema de saúde que deve estar mais ligado ao Ministério da Saúde. Deve ser um organismo multisectorial. Sugere a seguinte abordagem: Saudamos a constituição deste organismo, o reforço da sociedade civil, reforçamos a necessidade da multisectorialidade no combate à sida, e que um conselho que reúne uma vez é insuficiente e reforçamos a importância da multisectorialidade continuamos a manifestar a necessidade de apelar para um organismo pró-activo.

WV - observa que o regulamento anexado na documentação é do Conselho Nacional para o VIH/sida.

AF - adverte que o fórum é meramente consultivo sem qualquer peso. A proposta aos partidos foi no sentido de ser o decisor e definidor das políticas.

FA - um órgão consultivo não deve ser financiado por farmacêuticas. A criação do fórum é louvável.

JB - observa que o despacho não tem nada a ver com a definição do programa. O programa é definido pelo coordenador, posteriormente enviado á ministra e levado à consulta da sociedade civil e especialistas. Quem aprova é o Ministro da Saúde. No programa que está em vigor não existia ainda o conselho nacional mas todos os ministérios foram ouvidos para este programa, nomeadamente na continuidade dos cuidados continuados. Face á existência do conselho o procedimento futuro será diferente. Quem elabora é sempre a CNIV mas ouve todos os parceiros. O programa não é implementado se não considerar todos os ministérios. Foi pedida uma alteração para considerar mais ministérios. Salaria que não tiraria ilações tão rápidas sobre este despacho. Refere ainda que a CNIVS continua abaixo do Alto Comissariado. Mas são duas coisas diferentes: o modelo de governo mantém-se, no entanto o conselho foi criado e é uma alteração que alargou o âmbito.

AF - sugere um modelo em que a coordenação deve estar acima dos ministérios em lugar da actual situação em que se encontra abaixo.



WV - questiona sobre os *timings* para elaboração do plano

JB - menciona que ainda não se sabe. No dia 14 de Setembro vai existir reunião do núcleo consultivo em que o fórum vai estar presente. A partir desta data vai ser lançado.

WV - sobre a situação do correio dirigido ao fórum ficou definido que o secretariado vem buscar o correio.

WV - questiona sobre o orçamento (se o mesmo é retroactivo ou não)

JB - nota que o orçamento foi aprovado em 2009. Foi enviado um orçamento que não referia o ano. E a proposta seguiu para o Alto comissariado sem referência a um montante. Mas tendo em conta o orçamento apresentado e que foram efectuadas despesas para trás é importante questionar no ACS como seria possível efectuar o retroactivo. **Será necessário enviar uma carta para o Alto Comissariado e que com carácter excepcional sejam pagas essas despesas.** Como procedimentos refere a necessidade de entregar-lhe (a JB) as despesas efectuada até ao momento para esta enviar ao Alto Comissariado. Os procedimentos não são nada simples. Os pagamentos são efectuados para a conta bancária de cada elemento, são processos burocratizados. Sugere acumulação de despesas de 3 em 3 meses ou 6 meses. As despesas são sempre efectuadas como reembolso. **Deve ser indicado o Nome, morada, NIF e NIB.**

O HB vai estar presente na reunião do conselho nacional.

DV e FA ficaram de entregar uma folha de despesas e as respectivas regras ao secretariado.

O secretariado fica responsável de enviar o conjunto de despesas conjuntamente com a folha de presenças.

Ponto 3 - Participação do Fórum na elaboração do Plano Nacional 2010-2013

No seguimento da reunião com HB é necessário conhecer a calendarização do Plano para dar os contributos do fórum.



Ponto 4 - Prioridades do FNSC para 2010

WV - O fórum tem uma vida própria que deve referenciar a forma de constituição sem anexar o logo da CNIVS. E vai solicitar a JB a possibilidade do fórum receber dinheiro de terceiros.

DV - como prioridades refere a necessidade de reapreciação o regulamento interno. Resolver as questões de conflito nomeadamente a necessidade de esclarecer a questão do recebimento de dinheiro de terceiros (como não temos autonomia financeira). Sendo que desde que pague a actividade sem entrada de dinheiro é possível. Propõe no próximo dia mundial da SIDA em 2010 realizar o primeiro encontro nacional da sociedade civil na área da sida. Estabelecer as prioridades. Na conferência abria-se espaços sectoriais (migrantes, etc.) e apresentação de projectos. Avaliação do plano anterior e monitorização das actividades realizadas, debatendo todos os dados existentes (contudo a monitorização exige recursos que o fórum não tem).

FA- adverte que a conferência deve acontecer uns dias antes do 1º Dezembro.

WV refere a necessidade de inclusão das questões orçamentais.

DV observa que para tal é necessário criar uma entidade para alocar os dinheiros.

Ponto 5 - Regulamento interno

É consensual a reformulação do regulamento interno acrescentando as normas de conduta, procedimentos de despesas, orçamento, endereçamento do correio, e mais que se considerar pertinente.

FA - fica responsável de enviar uma nova proposta do regulamento interno.



Ponto 6 - Orçamento do FNSC

Ricardo Fernandes refere por mail *“É urgente efectuar os pagamentos das reuniões anteriores e informar os membros dos procedimentos para que possam ser reembolsados em relação às próximas reuniões.”*

FA - refere que a Comissão financia na totalidade as actividades. E salienta que a sua representação não é como individual mas como organização.

DV e AF - observam que financia apenas as actividades planeadas não as extra (como por exemplo o CD).

WV - refere que o orçamento foi aprovado sem datas e pode ser reformulado.

DV - adverte para o facto de o fórum não possuir conta bancária e questiona o que fazer na entrada de verbas. O regulamento deve contemplar esta questão.

A APF pertence ao fórum para a inclusão social que iniciou por ser um fórum. Em Maio passado passou para associação. Mas este facto não acrescentou mais-valias mas apenas custos. Alerta na sequência da eventual necessidade do fórum ter uma personalidade jurídica.

FA - observa a necessidade de existência de um plano de actividades.

Isabel Nunes responsável por um plano de actividades.

Ponto 7 - Eleição do secretariado

WV - observa que o secretariado foi reconduzido por mais 2 anos até 2010 de acordo com acta.



Ponto 8 - Representações FNCS

Sobre esta questão acresce o referido por FA, de forma abreviada, na última reunião e que não consta em acta:

“FA refere que todas as organizações são competentes mas são sempre as mesmas pessoas a serem seleccionadas pelo simples critério da votação online, uma vez que também são sempre os mesmos elementos a votar nos mesmos Membros.

FA referiu ainda que em nenhum lado se pode ter em conta como critério de selecção exclusivamente a votação pessoal, e neste Fórum nem a rotatividade é tida em conta ou a razão do interesse de cada Membro em participar em determinado evento.

FA referiu também que não foi correcta a forma como a CNIVS enviou a disponibilidade de mais um lugar para o Fórum, uma vez que expressou por escrito que os 2 elementos que tinham estado em representação do Fórum no Congresso do Brasil seriam aqueles que a CNIVS estava a contar para fazer parte da organização do mesmo.”

FA - apresentou a sua proposta que é lida por Andreia:

- 1 - Formulário ou Impresso de apresentação do candidato;*
- 2 - Súmula Curricular;*
- 3 - Carta de intenção para participação na representação externa (a razão da mais-valia);*
- 4 - Recomendação da Instituição a que está vinculado o candidato representado no FNCS;*
- 5 - Rotatividade - Cada membro pelo menos uma vez por ano;*
- 6 - A selecção dos Membros nunca feita pelos mesmos Membros do Fórum, mas sim por um Júri constituído à parte para a selecção dos candidatos decorrer de uma forma imparcial, transparente e objectiva.*

CM - observa que o procedimento é complicado.



DV - salienta que existem aspectos aceitáveis, o que é necessário observar primeiro é se há candidatos, ou seja existir uma manifestação de interesse (em que pode apresentar um elemento da organização que não esteja representado no fórum) com uma justificação (com alguns dados sobre a entidade e o percurso profissional). A súmula curricular é um factor excessivo. Devem ser os elementos do fórum a proceder à votação, a criação de um júri é a demonstração de incapacidade do próprio fórum. As decisões devem ser decididas em fórum por maioria. A votação deve ter em conta a capacidade desta pessoa de representar o fórum. E deve existir uma rotatividade mas isso não está assegurado. A rotatividade deve considerar os elementos.

CM - refere que não concorda com a carta da associação. Sendo designada pela associação para estar presente no fórum tem a autonomia para decidir e portanto é desnecessário pedir opiniões hierarquicamente superiores.

AF - observa que a proposta de DV junta várias propostas - justificação e mais valia para a reunião em poucas linhas. É importante referir a experiência profissional e de vida, e ouvir ao vivo se possível no próprio fórum. A rotatividade deve ser efectuada em relação às competências das pessoas. Deve ser em função da área.

APF- salienta que a rotatividade pode decidir em termos de representatividade (se foi anteriormente a uma reunião foi perderia a prioridade).

WV - observa que a decisão *in loco* é difícil, assim sendo quando não é possível deve ser efectuado via mail.

IN - concorda com as sugestões referidas de manifestação de interesse com súmula de mais-valias para a intervenção (a súmula pode incorporar a experiência pessoal e da



organização assim como as mais valias). Salienta que esta súmula deve ser objectiva e muito breve. Refere a questão da continuidade de projecto nomeadamente quando apresentou a sua candidatura para Nova Iorque foi pela aceitação pela ICASO da sua proposta de aproveitar esta reunião para eliminar as restrições de entrada dos sero+ nos EUA.

DV - acrescenta que a continuidade de trabalho é importante, a rotatividade pode ser uma excepção, e decidida pelo fórum.

VB - observa que foi representar a reunião SIVIDA e enviou um relatório ao fórum. Contudo não existe nenhum *feedback* da coordenação.

O secretariado deve fazer o follow-up.

Após a concordância sobre o procedimento de representatividade exterior passa-se às eleições.

Ponto 9 - Eleição de 3 representantes para a III Reunião do Conselho Nacional para a Infecção VIH/sida

Manifestaram interesse:

DV que irá referir o regulamento 186/2006 e a importância da sociedade civil.

AF que irá referir a questão da multisectoralidade

LMendão irá referir os direitos humanos.

DV - propõe um suplente.

VB propõe-se como suplente mas com reserva de disponibilidade.



Ponto 10 - CPLP 2010 - eleição representante e criação de grupo de trabalho

Ricardo Fernandes refere por mail: “Não estou disponível para representante, mas a Positivo pode integrar um dos grupos de trabalho, logo que estejam definidos e possamos assim decidir em qual deles podemos participar.”

WV - indica que a comissão local é representada por todos os elementos da comitiva presente no encontro do Rio Janeiro.

AF - considera que todos os que deram contributos para o documento de propostas deveriam estar presentes.

WV - salienta a necessidade de um grupo de trabalho. O relator da sociedade civil vai dar o *input*. Pode convidar toda a sociedade civil.

Candidatam-se Ana Filgueiras, Victor Bezerra e Isabel Nunes

Grupo de trabalho: Wim Vandavelde (rede + PLP) , Filomena Aguiar (stands); Cristina Mora e VB.

VB propõe uma conferência de imprensa ou mesa redonda sobre a importância da internet nos PALOP uma mesa. Envia a proposta para IN reenviar para CNIVS.

DV alerta para a necessidade de envolver o máximo número possível de elementos da sociedade civil

WV salienta a importância de um plano de trabalho e orçamento.

DV sugere a realização em temáticas na organização das intervenções.



AF está a realizar conferência da resposta do meio laboral no VIH em conjunto com os PALOP o que poderá ser uma proposta de intervenção.

Ficou agendada reunião sobre CPLP (grupo de trabalho) para o dia 10 de Dezembro às 9:30.

Eleição para a conferência da imprensa:

DV refere que os representantes porta-voz são os mesmos da reunião do conselho nacional. LM fala sobre a situação do VIH, FA papel da ONG e os restantes elementos sobre as questões debatidas na reunião do Conselho Nacional. A conferência de imprensa será às 15:00 e sugere que todos os elementos do fórum se reúnam às 14:30.

Andreia faz os contactos com a imprensa e o *press release*.

Ponto 11 -Outros

WV salienta que o documento de monitorização da sociedade civil da declaração de Dublin deve ser elaborado pelo fórum no conjunto e enviado para a CNIVH.

VB - como representante de uma associação gostava que no ano de 2010 cada uma das ONG se fizesse apresentar no SIDAnet que está aberta para a publicação de todas as notícias de todas as organizações. Este portal pode ser um veículo *pivot* das instituições na *net*. Convida todos para qualquer iniciativa e refere a existência de uma *mailing list* de 10.000 pessoas. Se o fórum quiser centralizar tudo o que se faz poderá utilizar o portal para divulgar.

AF - alerta que vai duplicar porque já existe o Crias.



IN - refere que não se duplica, e quanto mais divulgação melhor.

FA - divulga que no dia 1 de Dezembro vai acontecer o 10º congresso de língua portuguesa, que tem vários apoios, e que todas as associações são convidadas para apresentar artigos. No final será publicado um livro.

FA - divulga o Encontro sobre questões ético-jurídicas em Coimbra e todos são convidados para este encontro em Coimbra, que é de entrada livre.

CM - refere sobre o CD que a AJPAS realizou o primeiro manual de auto-ajuda e não o Amílcar. E que foi com muita surpresa que verificou que no CD aparece 'positivo viver com o VIH' quando este projecto é da AJPAS. Viver com o VIH é um projecto que já existe há 10 anos na AJPAS. Refere ainda que o nome da AJPAS vai ser alterado porque abrange mais nomes.

AF - as questões éticas são bastante importantes porque muitas vezes a AJPAS não é valorizada.

FA - salienta que é importante que todas as questões sejam bem esclarecidas e tenham o *agreement* de todos.

WV efectua o *doodle* para a próxima reunião em Janeiro para o dia 15 e 19.

A reunião deu-se por concluída às 14:15.